

A Educação Patrimonial e as Contribuições da História Pública para a Preservação da Herança Afro-Brasileira: Joias crioulas para “escravas de ganho” pretas e pardas

Heritage Education and the Contributions of Public History to the Preservation of Afro-Brazilian Heritage: Creole jewelry for black and brown “gain slaves”

Alcione Aparecida da Silva *
alcionesilva2327@gmail.com

Eulália Maria Aparecida de Moraes **
eulalia.moraes@unespar.edu.br

RESUMO: A presente pesquisa de caráter narrativo tem como objetivo refletir acerca das contribuições da História Pública para a manutenção do patrimônio material e imaterial dos povos afro-brasileiros. Podemos definir patrimônio como uma forma de herança transmitida entre as gerações. Tais elementos representam a identidade e a cultura de um povo. Entretanto, para os afrodescendentes, herdeiros dos povos escravizados, a opressão causou o apagamento de escrituras, canções, danças, performances e as histórias de resistência à exemplo dos ornamentos das negras, um componente do hibridismo cultural presente no período colonial e que atesta participação social. Defendemos que este segmento da joalheria brasileira, denominada “joias crioulas” faça parte da educação patrimonial afim de promover um vínculo intelectual, afetivo e de pertencimento entre os educandos, estimulando-os à identificação cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; História Pública; Herança afro-brasileira; Joias Crioulas.

* Mestranda em História Pública na Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão. Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2004), graduação em Segunda Licenciatura em Letras - Habilitação em Espanhol pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2020), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2015) e graduação em Artes Visuais pelo Centro Universitário de Jales (2013). Atua como professora na rede pública na Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal - PR.

** Doutora em História Social, "Cultura e Poder" (2006) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora Associada da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí - Departamento de História. Membro permanente do corpo docente do Mestrado Profissional em História, ProfHistória - Campus de Campo Mourão/ Pr. Professora colaboradora do Mestrado em História Pública da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/ Campus de Campo Mourão.



ABSTRACT: This narrative research aims to reflect on the contributions of Public History to the maintenance of the intangible heritage of Afro-Brazilian peoples. We can define heritage as a form of inheritance transmitted between generations, such elements represent the identity and culture of a people. However, slavery and oppression caused the erasure of scriptures, songs, dances, performances and stories of resistance from these peoples. Heritage education is capable of promoting an intellectual and affective bond between students and works, stimulating cultural identification.

KEYWORDS: Heritage Education. Public History. Afro-Brazilian heritage.

A ‘história pública’ é um guarda-chuva tão acolhedor a ponto de oferecer abrigo a todas as formas de história popular - seja ela a história oral ou a história dos povos a ‘história aplicada ou os ‘estudos do patrimônio’? A resposta, provavelmente, é um generoso ‘sim’, deixai que mil flores desabrochem.

Jill Liddington, exerto do texto “O que é História Pública?”, 2011, p. 32.

Introdução

Em sua definição mais pura, o termo patrimônio trata de propriedades materiais transferidos no âmbito transgeracional. No entanto, sob a ótica da historiografia, o conceito remete às heranças imateriais e culturais capazes de caracterizar um povo e manter viva sua identidade e cultura. Assim sendo, parte da função patrimonial é retratar as memórias e identidade de uma civilização e comunidade através de monumentos históricos, conservação de objetos e até mesmo cidades inteiras. No entanto, é imprescindível a abordagem democrática e inclusiva desses elementos, valorizando produções provenientes de povos diversos, estimulando a perpetuação de todas as culturas (OLIVEIRA, 2008).

Para isso, a História Pública propicia patrimônios culturais imateriais, preservados através da contação de histórias, realização de rituais, danças, tradições, arte, performance ou conhecimentos (ABREU, MATTOS e GRINBERG, 2019).

Educação Patrimonial

No Brasil, existem normas e políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio nacional. Tais medidas foram concebidas por meio de procedimentos e legislações específicas que são frequentemente atualizadas de modo a incluir elementos antes não reconhecidos como patrimônio cultural ou histórico, seja pelo advento de novas informações ou pela desconstrução dos ideais coloniais. Dessarte, a diversidade do patrimônio cultural brasileiro tem se expandido no sentido do reconhecimento de novas produções artísticas, elementos ou tradições, principalmente advindas de povos indígenas ou afro-brasileiros, passando a representar a verdadeira identidade nacional (BEZERRA, ALEXANDRE e QUEIROZ, 2017).

Considerando o papel identitário da preservação desses elementos, é imprescindível a transferência e perpetuação dessa herança cultural por meio da docência. A educação patrimonial consegue promover um vínculo intelectual e afetivo entre os alunos e a obra exposta. Dessa forma, o objetivo principal é auxiliar o aluno no sentido da constituição, realização e compreensão da sua realidade cultural. Na composição da identidade o patrimônio aparece como elemento imprescindível. É ele que dá “sentido de pertencimento ao sujeito” e uma vez que partimos “do pressuposto de que as pessoas só respeitam e admiram aquilo que conhecem”, educar para o patrimônio enseja o conhecimento necessário para que nos sintamos “pertencentes aos espaços, discussões, lugares de guarda e preservação dos diferentes bens culturais (PAIM & GUIMARÃES, 2014, p. 88-89).

A desigualdade socioeconômica é um fator determinante na conservação e produção do patrimônio histórico, já que as obras dos grupos sociais dominantes são amplamente valorizadas em detrimento dos povos oprimidos. Por conseguinte, estes últimos tiveram parte de sua história e identidade apagadas, silenciadas e esquecidas. É o que nos ensina Oliveira quando afirma que o patrimônio está diretamente relacionado a “determinadas condições socioeconômicas de produção de determinado bem histórico” sugerindo que a preservação do imóvel está relacionada ao acesso de materiais de melhor qualidade. Isso explica as “continuidades e mudanças ocorridas em determinados locais, entre várias outras potencialidades que estes documentos apresentam” (OLIVEIRA, 2008, p. 98-99).

Essas consequências se estendem a todas as esferas na construção das sociedades, pois o patrimônio figura como meio de transmitir saberes, tradições e rituais religiosos. Logo, a supressão dessas heranças culturais implica na homogeneização das civilizações, realizada mormente em virtude do imperialismo europeu. Sobre a dinâmica social estabelecida nas relações senhoriais com africanos escravizados temos importantes fenômenos sociais de caráter híbrido cultural e aqui citamos o surgimento das chamadas ‘joias crioulas’ – sem dúvida uma subversão e construção de poder no Brasil Colonial, uma vez que escravos estavam proibidos de adornarem-se ou trabalharem com os metais nobre (ouro ou prata)¹.

A manutenção da herança cultural depende do empenho da administração pública e da consciência da própria civilização, obtida através da educação patrimonial. Caso contrário, as

¹ “Carta Régia ao governador e Capitão Geral do Estado do Brasil, comunicando ter resolvido proibir às escravas do Brasil o uso de vestido de seda, cambraia e rendas e adornos de ouro e prata nas roupas. Lisboa, 20 de fevereiro de 1696” http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483524/mss1483524.pdf

legislações e medidas de proteção atingem apenas pessoas já mobilizadas em prol da preservação para as próximas gerações, em outras palavras são “iniciativas de alcance restrito, valorizadas apenas por grupos já familiarizados com a temática da preservação, distanciando-as, portanto, do objetivo que historicamente as justifica – o seu interesse público” (FONSECA, 2012, p. 14).

Escravas de ganho e a joalheria para pretas e pardas

A escola é um ambiente ideal para o estímulo de uma nova forma de educar, capaz de considerar as desigualdades sociais e formar um cidadão consciente. Para isso, a utilização de técnicas da educação patrimonial ao lado da História Pública busca transcender o ensino da narrativa colonial pela ótica do opressor – discurso que reforça sua dominação. Ao marginalizar os povos africanos e privá-los de sua herança patrimonial, o que resta é um vácuo histórico, que os resume apenas à condição de escravos libertos. Despidos de sua identidade cultural a história contada evidencia “o despreparo, o fracasso, a criminalização e a inferioridade dos libertos após o fim da escravidão” (ABREU, MATOS e GRINBERG, 2019, p. 7).

Não podemos desconsiderar a impulsão econômica do Brasil diretamente movida pelo trabalho escravo acentuada com a descoberta do ouro nas Minas Gerais e o deslocamento dos braços escravos para as regiões mineradora. Na obra “Cultura e Opulência” de Antonil (1711) no capítulo dedicado aos “danos que a cobiça do ouro causava ao Brasil”, o jesuíta considerou que grande parte do ouro em pó ou em moedas eram destinados a “reinos estranhos”. Responsabilizou a mulher negra e parda por uma desorganização social e econômica referindo-se ao cotidiano da colônia escravista cujas práticas estavam em desacordo com as ordens reais, afirmando que “se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhoras” (ANTONIL, 1982, p.195).

Desde 1692, em carta expedida para o governador e Capitão Geral do Brasil, o Rei comunicara a proibição das escravas se vestirem de seda e/ou portarem prata ou ouro. Contudo, no século XVIII, a impulsão da economia, cujo motor propulsor era a mineração, ensejara um novo *modus vivendi*. A população, em algumas cidades, chegava a quase 50% de escravos. Essa nova realidade social, também, ensejou novas modalidades e mobilidade para a exploração do escravo. As senzalas, os cativos rurais dão lugar a uma escravaria em transito pela urbanidade. É assim que a nova proposta escravista permite uma “liberdade” de movimento e é possível assistir as negras africanos ou afrodescendentes forras ou ainda escravizadas de tabuleiros à

cabeça, vendeiras de diversificados produtos: de frutas e raízes curativas aos ‘quitutes’. A sua presença constante nas narrativas e iconografias, exercendo função econômica no mercado colonial, só recentemente tornaram-se objetos de estudos (CAMILO, 2015).

Nas atividades dos chamados “escravos de ganho” as mulheres ou “as ganhadeiras” eram mais solicitadas para tarefas cujas características eram melhor desempenhadas por elas: “boa aparência”, domínio da língua portuguesa ou um tino comercial herdado de sociedades matriarcais da África – regiões de onde vinham. Tais atividades executadas pelas “Donas da Rua” permitiam ganho e geravam um lucro, em alguns casos até acumulativo (CAMILO, 2015). Marginalizadas pela estratificação social da colônia desenvolveram estratégias de participação na economia local. Acumulavam um ‘pecúlio’ com o qual compravam a alforria e também, o ouro para o fabrico de joias, as chamadas “joias de Crioula” que nos testamentos são descritas como botões de ouro, anéis, brincos, pulseiras e etc. – de ouro ou prata (TEIXEIRA, 2017).

Abreu, Matos e Grinberg (2019) estudaram as contribuições da História Pública com importantes análises que contribuem para com a desconstrução da sociedade racista. Em suas descobertas, os autores perceberam que os entrevistados, descendentes de centro-africanos escravizados, conservam em suas heranças culturais uma ampla variedade de canções, versos, performances e saberes transferidos de geração em geração.

Os patrimônios culturais imateriais das comunidades afro-brasileiras possuem a mesma importância que as construções de tradição europeia, logo, devem ser preservados e admirados com a mesma intensidade, transcendendo o racismo estrutural e a desigualdade inerente à educação tradicional.

Considerações Finais

A educação é imprescindível para a perpetuação do patrimônio imaterial dos povos afro-brasileiros. O professor de história pode colaborar para a formação de cidadãos conscientes e dedicados à consolidação de uma História inclusiva, resgatando memórias antes silenciadas. Da mesma maneira, os descendentes dos indivíduos libertos podem encontrar e conservar sua identidade cultural através da preservação do patrimônio dessas comunidades. No entanto, a perpetuação dessas memórias depende de preservação e divulgação que a educação tradicional não oferece, contexto em que a História Pública se faz indispensável.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha., MATTOS, Hebe., GRINBERG, Keila. História Pública, Ensino de História e Educação Antirracista. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, 2019.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*, Belo Horizonte/ MG: Ed. Itatiaia, 1982.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara; ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira; QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. A Prática Extensionista e Educação Patrimonial: esforços em prol de uma história pública. *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, abr./jun. 2017.

CAMILO, Débora C. Gonzaga. *As Donas da Rua: Comerciantes de descendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*. Ouro Preto/ MG: Editora UFOP, 2015.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Joalheria de Crioulas: Subversão e poder no Brasil colonial. *Revista Antítese*, Londrina/ Pr, v. 10, n. 20, p. 829-856, 2017.

FONSECA, Cecília Fonseca. Para Além da Pedra e Cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

LIDDINGTON, Jill. O Que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Maria Gouveia de Oliveira, (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Patrimônio, Memória e Ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa & OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (orgs.). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EdFURN, 2008.

PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. História, Cultura e Patrimônios Regionais: construindo e registrando saberes e práticas. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (Org.). *Patrimônio Cultural e Ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

ZARBATO, Jaqueline; SCHOSSLER, Joana Carolina; CARVALHO, Aline Vieira. Educação Patrimonial, História Pública e Ensino: Análise e possibilidades para a História. *Fronteiras: Revista de História*, v. 21, n. 38, 2019.